

# DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ANO XVI – № 3787 – Edição Extra | Campo Grande-MS | quarta-feira, 03 de julho de 2024 – 04 páginas

CORPO DELIBERATIVO				
Diretor-Geral da Escola Superior de Controle Externo	Conselheiro Osmar Domingues Jeronymo Conselheiro Marcio Campos Monteiro Iran Coelho das Neves Waldir Neves Barbosa			
1ª	<sup>1</sup> CÂMARA			
ConselheiroConselheiroConselheiro	Osmar Domingues Jeronymo			
2ª	<sup>1</sup> CÂMARA			
ConselheiroConselheiro	Waldir Neves Barbosa			
Conselho	eiros Substitutos			
Coordenador Subcoordenador Conselheira Substituta	Conselheiro Substituto Leandro Lobo Ribeiro Pimentel			
MINISTÉRIO	PÚBLICO DE CONTAS			
Procurador-Geral de Contas	João Antônio de Oliveira Martins Júnior			
S	SUMÁRIO			
ATOS DE CONTROLE EXTERNO	2			
LE	GISLAÇÃO			
	Lei Complementar nº 160, de 2 de Janeiro de 2012 Resolução nº 98/2018			





# **ATOS DE CONTROLE EXTERNO**

# Juízo Singular

#### Conselheira Substituta Patrícia Sarmento dos Santos

# **Decisão Liminar**

## DECISÃO LIMINAR DLM - G.ICN - 96/2024

PROCESSO TC/MS: TC/4677/2024

**PROTOCOLO: 2333431** 

ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E GESTÃO DE NOVA ANDRADINA

JURISDICIONADO E/OU INTERESSADO (A): NELSON CUSTÓDIO DA SILVA

TIPO DE PROCESSO: CONTROLE PRÉVIO

RELATOR: CONS. SUBS. PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)

#### Tramitação Prioritária

#### **MEDIDA CAUTELAR**

O presente processo (TC/4677/2024) trata de Controle Prévio (art. 169, III, Lei n. 14.133/2021) realizado pela Divisão de Fiscalização de Licitação, Contratações e Parcerias, sobre a Concorrência Pública nº 05/2024 do Município de Nova Andradina, no valor estimado de R\$ 1.012.661,03 (um milhão, doze mil seiscentos e sessenta e um reais e três centavos), cuja sessão está prevista para 30/07/2024.

O objeto do procedimento licitatório está assim descrito no edital:

2.1 - O objeto da presente licitação é a Contratação de agência de propaganda para prestação de serviços publicitários de natureza continua nos setores de interesse visando executar um conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, difundir ideias ou informar o público em geral. (fl. 321)

A Divisão sustenta a existem das seguintes inconsistências:

PONTO DE CONTROLE			CRITÉRIO	
1. Estudo Técnico Preliminar		Técnico Preliminar	1.1. Arts. 6º, inciso XX e 18, incisos I e II, bem como o §1°,	
1.1 Quantitativo/valor estimado		itativo/valor estimado	incisos I, IV, V e VI, todos da Lei n. 14.133/2021e art. 16,	
			da Lei 12.232/2010.	
2	Edital		1.2. Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, art. 68, inc.	
	2.1	Habilitação fiscal	III da Lei n. 14.133/2021 c/c art. 193 da Lei n. 5.172/1966	
	2.2	Julgamento das propostas	(Código Tributário Nacional);	
técnicas			1.3.Art. 37, caput, CF; art. 5° da Lei n. 14133/2021;	
	2.3	Qualificação Econômico-	1.4. Art. 37, caput e inciso XXI da CF; do art. 5° e art. 69 da	
Financeira		ceira	Lei Federal 14.133/2021;	
	2.4	Qualificação Técnica	1.5. Art. 37, caput, da CF/88; do art. 5°, do art. 18, IX, do art.	
			67, todos da Lei 14.133/2021.	

Atinente a ausência das adequadas técnicas para apuração do valor estimado, a equipe técnica apontou que o jurisdicionado utilizou no ETP o valor do certame realizado em 2019 atualizado pelo IGP-M, o que representou um acréscimo de 53,43%. Contudo, os serviços de publicidade no âmbito da administração pública são remunerados com base nos custos referenciais divulgados pela tabela SINAPRO, que culminaria no reajuste de 9,73%. A diferença dos valores foi assim demonstrada pela equipe técnica:

Valor inicial (contrato de 2019)	Índice de reajuste	Valor aproximado do índice	Valor Reajustado (R\$)
R\$ 660.000,00	Tabela SINAPRO	9,73%	724.218
R\$ 660.000,00	IGP-M	53,434%*	1.012.664,40



Entendo, portanto, que a significativa diferença existente entre os valores estimados, acarretam ofensa aos princípios da economicidade e vantajosidade, além das disposições do art. 5º, caput, art. 6º, inciso XX e art.18, incisos I e II, bem como o §1º, incisos I, IV, V e VI, da Lei n. 14.133/2021; do art. 16 da Lei 12.232/2010, com potencial risco de dano ao erário.

No tocante a ausência de objetividade quanto à regularidade fiscal e trabalhista para microempresas e empresas de pequeno porte, prevista no subitem 11.2, XIV, a, a.1 do edital (fl. 335), observa-se que não foi especificado quais documentos deverão ser apresentados, havendo mera menção do art. 62 da Lei 14.133/2021.

Como bem destacou o corpo técnico, "tal generalidade, permite uma margem indesejável de discricionariedade na decisão do Pregoeiro, afrontando ao princípio da objetividade da habilitação e pode comprometer o caráter competitivo do certame, afrontando às disposições do art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, do art. 68, inc. III da Lei n. 14133/2021 c/c art. 193 da Lei n. 5.172/1966 (Código Tributário Nacional)" (fl. 439).

No tocante à qualificação econômico-financeira, o art. 69 da Lei Federal 14.133/2021, possui um rol taxativo de documentos exigíveis aos licitantes, o qual não exige a certidão negativa de recuperação judicial. Logo, a previsão editalícia constante do item 12.1.3 (fl. 337) infringe os ditames do art. 37, caput e inciso XXI da CF bem como art. 5° e art. 69 da Lei Federal 14.133/2021. Já a qualificação técnico-operacional, exigida no item 12.1.4 do Edital, apresentou inconsistências quanto a aplicação do art. 67 da Lei 14.133/2021, conforme destacou o corpo técnico:

> "Não restou clara a razão pela qual a Administração citou apenas o inciso III do art. 67, deixando de fora os demais incisos, conforme redação do caput do item editalício em análise. No que tange à redação do § 3°, invocado pela Administração, importa esclarecer que a aceitação de meios alternativos de comprovação da capacidade técnica é uma faculdade da Administração quando o serviço contratado não for relativo a obras e serviços de engenharia, o que é aplicável ao objeto em tela. Contudo, a partir do momento que a Administração escolhe exercer essa faculdade, a especificação dos tipos de provas aceitáveis passa a ser obrigatória. O que se observa é que o edital não prevê quais seriam as provas alternativas aceitáveis, ou seja, não as discrimina, de forma que não resta clara a forma como pretendeu aplicar a redação normativa do § 3°. Além disso, não estipula o prazo mínimo aceitável de serviços similares prestados pela licitante, os quais poderiam ser comprovados por certidão ou atestado, conforme a redação do §5°". (fl. 442)

Logo, restou incompleta as informações atinente a comprovação da qualificação técnico-operacional, o que pode ocasionar falta de isonomia na análise dos documentos apresentados pelos licitantes.

Quanto ao critério de julgamento, o edital apresenta equívoco na somatória da tabela de pontuação. De acordo com a Divisão competente "ao analisar a tabela constante desse mesmo item, nota-se que o Raciocínio Básico (item 1) pode receber pontuação máxima de 10 pontos. A Estratégia de Comunicação Publicitária (item 2), bem como a Ideia Criativa (item 3), podem atingir o máximo de 25 pontos cada uma. Somando os pontos dos itens citados, chega-se ao score máximo de 60 (sessenta) pontos, e não de 70 (setenta), como afirma o edital. (fls. 444)

Dessa forma, pelo que foi demostrado alhures, para preservar a licitação e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública e a isonomia do certame, nesta fase processual a medida mais adequada ao caso é decretar a suspensão do certame, oportunizando a correção do edital e demais documentos bem como instalar o devido contraditório.

### DISPOSITIVO

Destarte, CONCEDO A LIMINAR pleiteada pela Divisão de Fiscalização de Licitação, Contratações e Parcerias, com fulcro nos artigos 56 e 57, I da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c o art. 152, I, do RITCE/MS, nas seguintes condições:

- a) determinar que a administração pública municipal adote providências imediatas, a partir do recebimento da intimação, no sentido de decretar a suspensão do procedimento licitatório — Concorrência Pública n. 05/2024 do Município de Nova Andradina, cuja sessão está prevista para ocorrer em 30/07/2024, em razão das irregularidades apresentadas, até ulterior manifestação desta Corte Fiscal, fixando multa de 300 (trezentas) UFERMS, em caso de descumprimento da decisão (art. 44, I e art. 45, I, da LC nº 160/12);
- b) FACULTA-SE ao responsável a tomada das correções necessárias com vista ao restabelecimento da licitação, republicando-se o Edital, com a consequente reabertura do prazo legal para a realização da sessão e apresentação
- c) Determinar a que no prazo de 05 (cinco) dias úteis o responsável encaminhe a documentação referente às providências para a correção do edital, reabertura da licitação, ou, ainda, remessa do comprovante de anulação definitiva, caso seja esse o caminho trilhado;



- d) No mesmo prazo, manifeste-se a Autoridade sobre o conteúdo da matéria ventilada no *decisum* bem como na análise de peça 29 e tudo o mais que entender pertinente para uma ampla averiguação do feito;
  - e) Dada a urgência da medida cautelar, com fulcro no art. 2°, §7° da Resolução TCE/MS n° 85/2018, que regula a intimação por via eletrônica, determino a Gerência de Controle Institucional que proceda à **comunicação do decisum via contato telefônico e e-mail, com certificação nos autos**, para que a autoridade responsável tome conhecimento imediato das determinações e comprove o seu cumprimento;
  - f) INTIME-SE, via cartório que certificará o prazo e o cumprimento da intimação, sobre o teor desta decisão liminar;
  - g) PUBLIQUE-SE esta decisão no Diário Oficial Eletrônico do TCE/MS;
  - h) Cumprida as providências acima e após o retorno do processo em tela, voltem-me para ulteriores deliberações, <u>em caráter prioritário</u> (art. 149, § 3º, II, do RITC/MS).

Campo Grande/MS, 01 de julho de 2024.

#### PATRÍCIA SARMENTO DOS SANTOS

Conselheira Substituta (ATO CONVOCATÓRIO N. 003, DE 05 DE JANEIRO DE 2023)



